

DESAFIOS E POSSIBILIDADES PARA O ENSINO DE HISTÓRIA DA AMÉRICA LATINA A PARTIR DO LIVRO DIDÁTICO DO 8º ANO “HISTÓRIA, SOCIEDADE E CIDADANIA”

GARCIA, Edrielton dos Santos¹

SANCHES, Tiago Costa²

Resumo:

O presente trabalho irá analisar o livro didático do oitavo ano “História, Sociedade e Cidadania” a fim de perceber as possibilidades para desenvolver um Ensino de História da América Latina na região da Tríplice Fronteira. Esta obra didática foi adotada como livro didático de História em todas escolas públicas do Paraná em 2019. Na primeira parte do artigo, iremos abordar algumas perspectivas de alguns autores sobre como deve ser um livro didático, na sequência abordaremos os primeiros livros didáticos de História no Brasil e por fim apresentaremos algumas percepções sobre a história do Ensino de História da América e como alguns livros didáticos trataram o tema. Na segunda parte, iremos analisar a livro didático do oitavo ano “História, Sociedade e Cidadania”, percebendo suas contribuições e ausências referente a temática História da América Latina. Através dessas análises percebemos que o livro didático de História adotado no Paraná tem várias ausências com relação a uma história da América Latina que possibilite uma aula visando a integração e valorização cultural entre estudantes da Tríplice Fronteira; concluímos também que o livro didático possui características que não possibilitam atender as peculiaridades regionais, cabendo a equipe de educadores um planejamento mais adequado à sua realidade.

Palavras-chaves: Ensino de História, América Latina, livro didático.

INTRODUÇÃO

Os manuais didáticos utilizados pelos estudantes da rede pública de ensino brasileira passam a ter uma supervisão estatal a partir de 1937, e desde 1985 os professores podem indicar e escolher os livros didáticos que irão trabalhar, sendo que tal escolha passa por critérios previamente estabelecidos.³ A escolha desses livros configura-se em uma etapa importante do processo educacional, visto que o livro didático é um dos únicos recursos fornecidos gratuitamente para o professor e para o aluno desenvolver os conteúdos das disciplinas escolares. É importante destacar que o processo de escolha dos materiais didáticos é uma atribuição das secretarias estaduais de Educação. Para darmos início a discussão aqui proposta, iremos nos ater a partir de então ao último processo de escolha do livro didático de História realizado pela Secretaria de Educação do Estado do Paraná (SEED).

¹ Bacharel e Licenciado em História – UFPR.

² Docente Orientador.

³ Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Histórico. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/component/k2/item/518-hist%C3%B3rico> Consultado em 24/03/2022.

No Paraná, a última escolha de livro didático foi realizada no ano de 2019, e nessa ocasião se escolheu o material didático a ser utilizado para os Anos Finais do Ensino Fundamental. Para decidir qual seria o livro didático adotado, os professores da rede tiveram um período do dia letivo para se reunir, analisar e escolher o referido material. Em seguida, os professores deveriam comunicar à direção da escola sobre a decisão para esta lançar a escolha no sistema. No entanto, nessa ocasião o governo do Paraná adotou o modelo de “Material único”, ou seja, o livro didático mais “votado” seria o material utilizado em todas as escolas públicas do estado do Paraná. Durante o processo de escolha o governo do Paraná também sugeriu características para um bom livro didático, entre as quais estava “Organização de conteúdos próxima ao do Referencial Curricular do Paraná”.⁴

Ao observar as sugestões da SEED para a escolha de um bom livro didático, podemos perceber a ausência de critérios mais teóricos e/ou observações que estejam relacionadas com debates atuais sobre o Ensino de História. As ideias de alguns trabalhos acadêmicos sobre o livro didático podem proporcionar bons caminhos para a escolha de um bom material.

Ao levarmos em consideração as diferenças regionais do Paraná, a padronização do livro didático e a falta de um critério bem fundamentado na escolha deste podem se configurar em um obstáculo significativo no processo de ensino e aprendizagem nas escolas.

Entendemos que os alunos brasileiros, sobretudo aqueles que estão em região de fronteira, precisam conhecer melhor a história e a cultura dos países vizinhos e também, porque não, dos demais países da América Latina, afim de que possam estabelecer entre si uma relação de respeito e tolerância. Para aqueles educadores que consideram importante os conteúdos que ajudem a atingir tais objetivos, faz-se necessário uma significativa atenção no momento da escolha do livro didático de História.

Neste sentido, este trabalho irá analisar o livro didático História, Sociedade e Cidadania, do oitavo ano do Ensino Fundamental, cujo autor é Alfredo Boulos Júnior. O objetivo dessa análise é perceber as contribuições e os limites desta obra didática no desenvolvimento de conteúdos sobre a América Latina. Bem como apontar

⁴ Dia a Dia Educação. Escolha do Livro Didático: as obras mais escolhidas pelos professores serão utilizadas em toda a rede. Participe dessa escolha! Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=2785> Consultado em 24/03/2022.

algumas diretrizes para analisar o livro didático, que são fundamentais no momento da escolha deste material.

1 – PERSPECTIVAS PARA UM BOM LIVRO DIDÁTICO

Visando contribuir com os educadores para a análise dos materiais didáticos que a eles são apresentados no momento da escolha desses livros, iremos apresentar algumas perspectivas teóricas que representariam um “bom” livro didático.

A partir dos estudos de Rösen, Medeiros (2006) defende a existência de três objetivos primordiais que orientam a produção de manuais didáticos de História: a competência perceptiva, a interpretação e a orientação histórica. Esses objetivos irão compor a competência narrativa, que seria uma forma clara e descritiva de representar o passado, tornando compreensível o presente e apontando perspectivas de futuro. Nessa mesma linha Medeiros apresenta aquilo que um bom livro didático precisa conter, qual seja: um formato claro estruturado; uma estrutura didática clara; uma relação eficaz com o aluno; uma relação prática com a aula. Aponta também algumas características que um livro didático deve ter para que possa desenvolver a percepção histórica: que os materiais permitam que os alunos sintam as experiências históricas e não que apareçam já interpretados ou como meras ilustrações; apresente os conteúdos a partir de uma pluridimensionalidade, ou seja, apresente as dimensões sincrônica e diacrônica da experiência histórica; tenha uma pluriperspectividade da apresentação histórica, apresentando a experiência histórica sob diversas perspectivas.⁵ Nesse estudo de Medeiros nota-se que um bom livro didático deve estar em sintonia com os debates historiográficos, para que o aluno perceba algumas noções que são próprias da ciência histórica.

Segundo o historiador francês Alain Choppin, citado por Bittencourt⁶, o livro didático cumpre várias funções: avaliar a aquisição dos saberes e competências; oferecer uma documentação completa proveniente de suportes diferentes; facilitar aos alunos a apropriação de certos métodos que possam ser usados em outras situações e em outros contextos. Choppin também argumenta que no livro didático a tipografia e composição da página devem estar relacionados ao discurso didático.

⁵ MEDEIROS, Daniel Hortêncio de. Manuais didáticos e a formação da consciência histórica. *Educar, Especial*, p. 73-92. Editora UFPR. Curitiba, 2006.

⁶ BITTENCOURT. Circe Maria Fernandes. *Livros e materiais didáticos de História*. Ensino de História – Fundamentos e métodos. Editora Cortez, 2ª Edição. 2008.

A partir do que Choppin expõe sobre as funções do livro didático, percebemos a preocupação de que o material seja adequado para a aprendizagem do aluno, ou seja, que possa atender às necessidades mais dos alunos do que do professor. Essa percepção é muito importante, tendo em vista que o livro didático pode se configurar, muitas vezes, no único material que o aluno terá para pesquisa. Nesse mesmo sentido, Bittencourt (2008) também colabora para a ideia de que o livro didático deve ser pensado para o aluno. Segundo esta autora, os conteúdos pedagógicos do livro didático devem atentar para a averiguação das atividades percebendo se os alunos terão oportunidade de fazer comparações; se possibilita identificar as semelhanças e diferenças entre os acontecimentos; se estabelece relações entre acontecimentos históricos ou entre a série de documentos expostos no final ou intercalados nos capítulos; se indica outras obras para leitura, fornecendo pistas para realização de pesquisa em outras fontes de informação. Bittencourt (2008) também irá apontar outras características que se deve levar em conta ao analisar um livro didático, quais sejam: qualidade do papel e das reproduções; quantidade e disposições das ilustrações; boxes, uso de itálico e/ou negrito, ilustrações coloridas ou não; o texto dos conteúdos precisa ser simples e não simplificado e também não pode querer ser a voz da verdade.

Para Munakata⁷ o livro didático deve ser compreendido como um produto que foi pensado para o mercado educacional, ou seja, com o objetivo de ser adquirido pelas escolas. Sendo assim, na maioria das vezes o material didático vai buscar corresponder aos anseios daqueles que vão utilizá-los e dos critérios impostos pelos governos. Nesse sentido o livro didático também é um documento que responde ao seu tempo histórico e a concepção de educação dos sujeitos envolvidos na escolha. Por isso é muito importante que os educadores estejam preparados teoricamente para esse momento fundamental.

Um outro importante debate em torno do livro didático refere-se a sua utilização em sala de aula. Um bom livro didático deverá contribuir para o trabalho do professor ou para o aprendizado do aluno, ou ambos?

Segundo Bittencourt⁸ o professor tem uma espécie de relação de amor e ódio com o material didático:

⁷ MUNAKATA, Kazumi. O livro didático: alguns temas de pesquisa. Rev. bras. hist. educ., Campinas-SP, v. 12, n. 3 (30), p. 179-197, Set./Dez. 2012.

⁸ BITTENCOURT, Circe. "Livros didáticos entre textos e imagens". In: BITTENCOURT, Circe. (org.) O saber histórico na sala de aula. 7ª. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

[...] Existem professores que abominam os livros escolares, culpando-os pelo estado precário da educação escolar. Outros docentes calam-se ou se posicionam de forma positiva pelo auxílio que os livros prestam ao seu dia-a-dia complicado. [...]

É preciso ficar claro que por melhor que seja o livro didático ele não constitui/determina uma aula em sua plenitude. Por mais que o professor faça uso integral do material didático a sala de aula é um ambiente em que o diálogo flui numa lógica própria e única, desde que obviamente a dinâmica da aula seja através de uma metodologia dialógica. Mas fora dos muros da escola, qual seria o peso do livro didático como material de pesquisa para aquele aluno que não possui acesso ou familiaridade com outros meios, como a internet? É pensando na resposta para esta questão que os olhares devem estar mais atentos no momento da escolha do livro didático, não que a composição do material como ferramenta de auxílio em sala de aula para o professor não deva ser analisada, mas o olhar sobre como o livro didático pode ajudar no processo de aprendizagem do aluno deveria ter um peso significativo nessa decisão. Um dos resultados da pesquisa de Chaves, que analisou o uso do livro didático em uma escola de campo na cidade de Curitiba, aponta para a necessidade de se dar a devida atenção aos conteúdos dos livros didáticos:

Nesta imersão de longo tempo nas aulas de História em uma Escola do Campo, foi possível verificar que o livro didático é um objeto constitutivo das dinâmicas de sala de aula e, sobretudo, fortemente ligado à vida do aluno. Os jovens, sujeitos do conhecimento histórico, buscam no livro o conhecimento mais sistematizado quando a explicação dos professores não foi suficiente, ou quando ocorre sua ausência em uma aula, situação em que apontam as dificuldades para dar sentido aos conteúdos.⁹

Levando em consideração às necessidades dos alunos, o livro didático pode incorrer em alguns problemas também. Segundo Bittencourt, ao tentar proporcionar uma linguagem mais acessível ao público infantil e juvenil, o livro didático pode conduzir “a simplificações que limitam sua ação na formação intelectual mais autônoma do aluno”¹⁰. Nesse ponto é fundamental a atuação do professor no processo que vai desde a escolha até o trabalho que se pretende realizar com o livro didático, pois ao mesmo tempo que o material didático deve atender às necessidades

⁹ CHAVES, E. A. O livro didático e sua presença em aulas de História: contribuições da etnografia. *Educar em Revista*, Curitiba, Brasil, v. 35, n. 77, p. 159-181, set./out. 2019

¹⁰ BITTENCOURT, Circe. “Livros didáticos entre textos e imagens”. In: BITTENCOURT, Circe. (org.) *O saber histórico na sala de aula*. 7ª. ed. São Paulo: Contexto, 2002. P. 73.

dos alunos também deve contribuir para o desenvolvimento intelectual e autonomia dos estudantes.

2 – OS PRIMEIROS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA NO BRASIL

Os livros didáticos, em geral, são utilizados no Brasil desde muito tempo, cumprindo um papel importante na relação educacional entre professores e alunos. Restringindo exclusivamente aos livros didáticos de História, esses passaram por vários contextos históricos nos quais sofreram, em alguma medida, a influência dos debates ideológicos desses períodos. No Brasil, com a criação do Colégio D. Pedro II em 1837 e do IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – em 1838, movido pela iniciativa de criação de uma história genuinamente nacional, teve início as produções de materiais didáticos sobre História do Brasil.

O manual didático é um instrumento de trabalho que existe há muito tempo, mas segundo Alves e Centeno¹¹ foi Comenius, um educador protestante, que em meados do século XVII idealizou os manuais didáticos e a estrutura da escola tal qual conhecemos atualmente. No entanto, segundo esses autores, pelo fato do Brasil ter uma herança cultural ligada a Contrarreforma, a proposta comeniana chegará aos livros didáticos do país muito tardiamente. Os manuais didáticos produzidos no Brasil no final do século XIX e início do XX atendem muito pouca às prescrições estabelecidas por Comenius para a constituição do manual didático da escola moderna.

Um dos primeiros manuais didáticos utilizados no Brasil, segundo Alves e Centeno (2009), foi publicado em 1831 e tinha como título “Resumo de história do Brasil até 1828”, uma tradução de *Resumé de l’histoire du Brésil*, de Ferdinand Denis. Esse livro passou a ser utilizado pelo Colégio Pedro II a partir de 1841. Outro livro citado por Alves e Centeno (2009) como um dos primeiros manuais didáticos foi o “Compendio da história do Brasil”, escrito pelo general José Ignácio de Abreu Lima (1843). Entre as décadas de 1860 e 1870 merece destaque os manuais de didáticos produzidos e recomendados para o Colégio D. Pedro II de autoria de Joaquim Manoel de Macedo, sendo eles “Lições de história do Brasil para uso das escolas de

¹¹ ALVES, Gilberto Luiz; CENTENO, Carla Villamaina. A produção de manuais didáticos de história do Brasil: remontando ao século XIX e início do século XX. Revista Brasileira de Educação v. 14 n. 42 set./dez. 2009.

instrução primária” e “Noções de corographia do Brasil”. No final do império e início da República, o manual didático “Lições de História do Brazil” de autoria de Luis de Queirós Mattoso Maia constava como recomendação no programa do Colégio Pedro II. Segundo Alves e Centeno, esses manuais didáticos têm como características textos extensos, com lições de nível informativo, detalhado e denso, e sem preocupação com ilustrações.¹² Destoando da tradição do período, cabe destacar uma das primeiras obras que se preocuparam com a temática História da América, qual seja o “Compêndio de História da América” de autoria José Francisco Rocha Pombo, que foi vencedor de um concurso promovido pelo Conselho Superior de Instrução Pública nos últimos anos do século XIX.¹³

Os livros didáticos de História utilizados no Colégio D. Pedro II, que era uma referência na educação primária brasileira no contexto do final do século XIX e início do XX, eram marcadamente imbuídos de uma história de cunho nacionalista e eurocêntrica. Ao longo do século XX, o conceito de América Latina vai sendo gestado e aos poucos passa a fazer parte dos anseios de movimentos sociais e políticos que reivindicaram uma maior autonomia para os países americanos que outrora foram colonizados por espanhóis e portugueses. Foi ao longo do século XX também que os conteúdos de América Latina começaram a fazer parte dos manuais didáticos de História das escolas brasileiras.

3 – AMÉRICA LATINA NO ENSINO DE HISTÓRIA

3.1 Ensino de História da América no Brasil

A disciplina de História surgiu no Brasil com a criação do Colégio D. Pedro II, em 1838. Naquele momento o objetivo dessa disciplina era criar uma identidade nacional, característica marcante de vários países do século XIX que tinham a pretensão de fundar um Estado-Nação. Nesse cenário, os demais países latino-americanos estavam tentando consolidar suas independências e também criar um

¹² ALVES, Gilberto Luiz; CENTENO, Carla Villamaina. A produção de manuais didáticos de história do Brasil: remontando ao século XIX e início do século XX. Revista Brasileira de Educação v. 14 n. 42 set./dez. 2009.

¹³ GOMES, Anna Luiza Portugal Pereira. História do Ensino de História da América: o olhar decolonial sobre a presença da América Latina em livros didáticos para o Ensino Médio; 2021. Dissertação de Mestrado Profissional – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Orientadora: Maria Angélica da Gama Cabral Coutinho.

sentimento nacionalista. Esses fatores contribuíram para criar ou manter rivalidades regionais, contribuindo para que o Brasil se distanciasse de seus vizinhos. Um dos desdobramentos dessa conjuntura histórica foi a não valorização no Brasil do conhecimento sobre a História dos países que integram a nossa região continental.

Historicamente o Brasil, enquanto colônia e já independente, manteve relações políticas e econômicas muito mais próximas com países europeus e, nos últimos séculos, com os Estados Unidos. Essas relações acabaram gerando uma maior proximidade com a cultura e língua desses países, principalmente o inglês e o francês. Sendo assim, houve oficialmente um distanciamento cultural e linguístico do Brasil com os seus vizinhos. A aproximação do Brasil com seus vizinhos ainda é muito recente historicamente, se levarmos em consideração a criação do Mercosul (1991) como marco oficial importante para tal.¹⁴

Os conteúdos de História da América somente foram inseridos na Educação Brasileira com a Reforma Educacional de Francisco Capanema, em 1931, quando houve a integração da História do Brasil e História Universal ao que foi chamado de História da Civilização. A partir desse momento alguns conteúdos de História da América passaram a fazer parte do currículo. Outra mudança importante ocorreu em 1940, quando foi criado no Colégio D. Pedro II a cadeira de História da América para a segunda série do curso ginasial. Acompanhando essas mudanças, em 1951 foi aprovada a Lei 1359 e a Portaria número 724 do Ministério da Educação, que estabeleceu a obrigatoriedade da disciplina de História da América para segunda série do ginasial das escolas de todo país. Tais legislações aumentaram consideravelmente o conteúdo sobre América no currículo das escolas, pois a partir daí a disciplina criada contemplava quase exclusivamente conteúdos de História da América. Essa mudança acompanhou uma perspectiva da época, o pan-americanismo, que defendia a unidade e preservação dos valores do continente americano, sob a “proteção” dos Estados Unidos, que por sua vez tinha pretensões políticas, principalmente por se tratar do contexto da Guerra Fria. Contudo, um fato muito relevante foi que a partir de então o mercado editorial passou a investir na

¹⁴ Buczenko, Gerson Luiz. Ensino de História da América: percepções sobre a formação de uma identidade histórica. Revista de Educação Histórica - REDUH – LAPEDUH. N. 05. Janeiro – Abril, 2014.

produção de material com essa temática, pois até então não se produzia quase nada sobre esse assunto.¹⁵

Dando sequência ao levantamento da história da inserção de conteúdos de História da América no ensino brasileiro, segundo Kalil-Alves e Oliveira (2011) em 1961 foi aprovada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Nesta LDB a incumbência dos programas de ensino recaía sobre os Conselhos Estaduais, mas havia uma orientação do Conselho Nacional de Educação para a formação do currículo de História com base na História Geral, do Brasil e da América, quando possível. A partir do Golpe de 1964, que implantou a Ditadura Militar no Brasil, houve uma espécie de depuração dos temas no Ensino de História que despertasse aversão a outros povos da América, medida que beneficiava muito mais os Estados Unidos.

A partir do processo de redemocratização do Brasil que ocorreu no início da década de 1980, as diretrizes que norteavam os currículos de História da Educação Básica sofreram alterações. Tais mudanças são percebidas pela presença no programa de história de uma historiografia de cunho marxista, com abordagens também da história social e cultural. A partir dos anos 2000 as mudanças se acentuam ainda mais com a incorporação da história e cultura indígena e afro-brasileira no conteúdo programático de História.¹⁶ Estas últimas mudanças permitiram um olhar mais atento sobre alguns povos da América Latina, levando a tentativas de projetos de integração e de construção de uma história mais plural, ainda que estivessem longe de uma proposta concreta de rompimento com uma narrativa histórica eurocêntrica e colonial.

Em 1991 foi criada uma zona de livre comércio sul-americano entre alguns países da América do Sul, conhecido como Mercosul. Para além de buscar a integração econômica entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, o bloco também tinha como objetivo a integração política, social e cultural. Segundo Santiago e Ranzi¹⁷, a partir dessa conjuntura foi criado o Setor Educacional do Mercosul (SEM), que tinha

¹⁵ Buczenko, Gerson Luiz. Ensino de História da América: percepções sobre a formação de uma identidade histórica. Revista de Educação Histórica - REDUH – LAPEDUH. N. 05. Janeiro – Abril, 2014.

¹⁶ Kalil-Alves, T. & Oliveira, W. de. O ensino de história da América Latina no Brasil: sobre currículos e programas. Magis: Revista Internacional de Investigación en Educación, vol. 3, número 6, 2011. Bogotá, Colômbia. Pp.283-298. Disponível em <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=281021734003>. Acessado em 18/07/2022.

¹⁷ SANTIAGO, L. A. S. ; RANZI, Serlei M. F. . As propostas do Setor Educacional do Mercosul para o ensino de História. PRÁXIS EDUCATIVA (IMPRESSO) , v. 8, p. 443-463, 2013.

a missão de propor políticas e estratégias educacionais para a integração regional. O SEM realizou vários encontros ao longo da década de 1990 e início dos anos 2000, a fim de perceber os problemas e particularidades do Ensino de História nos países membros do bloco e também lançar algumas propostas para um Ensino de História que pudesse integrar a região.

Através de seminários, mesas de debates e reuniões, articulou-se entre os especialistas de história dos países do bloco o interesse em elevar os níveis de educação, os intercâmbios entre eles, a formação de docentes, a produção de materiais locais e a troca entre os países desses materiais. A partir dos encontros pretendeu-se, por fim, um Ensino de História em que todos os países membros do Mercosul tivessem um componente curricular de história em comum, contendo conteúdos mínimos da história de cada país. No entanto, segundo Santiago e Ranzi as propostas do SEM ficaram muito restritas ao âmbito administrativo, pois não houve uma articulação conjunta dos órgãos federais dos estados membros responsáveis pela educação, na implantação das diretrizes que foram estabelecidas nos encontros.

As últimas legislações a respeito da Educação Brasileira não trouxeram significativas mudanças para o Ensino de História da América Latina. Sobre a Nova BNCC (2018) e a Reforma do Ensino Médio, Gomes¹⁸ salienta que a América aparece de maneira tímida nas Habilidades e Competências deste documento, e ainda afirma que:

[...] As relações estabelecidas entre a História da Civilização (europeia) e a História do Brasil, tal qual os primeiros manuais ofertaram ao ensino no Brasil, garantiu que a História do Continente Americano se apresentasse como um outro tópico, à parte do que seria a narrativa oficial. A Modernidade prossegue como mito do marco civilizatório e referência para os estudos da História.

Podemos perceber que há, nas últimas décadas, um certo interesse em fazer constar a história da América Latina nos debates e documentos oficiais da Educação Brasileira. No entanto, é importante entender que o papel da América Latina no Ensino de História ainda está muito atrelado às propostas curriculares de meados do século XX. Sendo assim, é necessário repensar a forma como ensinar a história dos países latino-americanos no contexto da Educação Básica, pois romper com uma história

¹⁸ GOMES, Anna Luiza Portugal Pereira. História do Ensino de História da América: o olhar decolonial sobre a presença da América Latina em livros didáticos para o Ensino Médio; 2021. Dissertação de Mestrado Profissional – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Orientadora: Maria Angélica da Gama Cabral Coutinho.

eurocêntrica e determinada pelos interesses dos países desenvolvidos pode proporcionar uma maior valorização e respeito cultural.

3.2 Os conteúdos sobre a América em alguns livros didáticos brasileiros

Para conhecer um pouco como os conteúdos de América Latina foram abordados em livros didáticos de História, vamos nos valer dos estudos de Gomes¹⁹, que analisou sob o ponto de vista decolonial as seguintes obras didáticas: Epítome da História Universal (1934) de Jonathas Serrano; “História Geral” (1997) de Claudio Vicentino; História – Volume Único (2005) de Divalte Garcia Figueira; História Global (2016) de Gilberto Cotrim.

O livro didático “Epítome da História Universal” (1934) foi adotado pelo Colégio D. Pedro II e em várias outras capitais da República. Ele estava dividido em sessenta e oito capítulos e distribuído em cinco partes (Introdução, História Antiga, História da Idade Média, História Moderna e História Contemporânea). O conteúdo sobre a América irá aparecer na unidade sobre a História Moderna – no capítulo sobre a Independência, e na unidade de História Contemporânea. Tendo em vista o exposto, Gomes (2021) salienta que a obra didática está organizada através de uma periodização eurocêntrica, colocando os conteúdos sobre a América como complemento de uma história mais geral. Segundo a autora, a primeira temática que envolve a história americana aparecerá na unidade de História Moderna, abordando o “descobrimento” da América como uma consequência do desenvolvimento tecnológico europeu e enaltecendo o feito dos navegadores, sem levar em consideração o impacto das invasões.

Na mesma unidade, Serrano enfatiza a desigualdade e violência empreendida pelos europeus no processo de conquista dos Astecas e dos Incas, mas não há menção de outros grupos indígenas, o que pode denotar um privilégio a grupos considerados mais adiantados ou mais próximos do ideal de “grandes civilizações”. Na unidade sobre História Contemporânea a menção à História da América se dá com a emancipação das Treze Colônias, emancipação da América Espanhola e independência política do Brasil. Segundo Gomes (2022, p. 57), “A escolha pelo texto

¹⁹ GOMES, Anna Luiza Portugal Pereira. História do Ensino de História da América: o olhar decolonial sobre a presença da América Latina em livros didáticos para o Ensino Médio; 2021. Dissertação de Mestrado Profissional – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Orientadora: Maria Angélica da Gama Cabral Coutinho.

que possui as lacunas acima apontadas afirma o projeto de constituição de uma sociedade espelho daquela descrita: branca, cristã, europeia.”

Outro livro didático analisado por Gomes foi História Geral (1997) de Cláudio Vicentino. Segundo a autora, esta obra também aborda a história da América na perspectiva cronológica da história europeia. A primeira menção sobre o continente americano só aparece na temática da expansão marítima europeia. No capítulo sobre “O Mundo Colonial”, destaca que milhões de nativos desapareceram por conta da modernidade do capitalismo comercial, mas deixa transparecer que essa situação era parte da integração da América ao desenvolvimento do capitalismo.

A autora salienta que no livro de Vicentino falta a explicação dos mecanismos de dominação sobre a população nativa, assim como as formas de resistências. No mesmo capítulo que trata sobre a colonização há também algumas páginas que aborda os primeiros habitantes da América. Uma outra menção a América aparece no capítulo “A América no século XIX”, onde se afirmará que esse continente passa a integrar às características globais do desenvolvimento capitalista, e que aconteceu um processo de transferência de dependência durante esse período, antes eram os países Ibéricos e a partir de então os Estados Unidos.

A última menção a América aparece no capítulo “A América Latina e as Lutas Sociais” cujo recorte é a segunda metade do século XX. Os tópicos deste capítulo apresentam sempre a crítica ao avanço da globalização econômica do sistema capitalista neoliberal e suas consequências sociais na América. Enfim, para Gomes a obra História Geral (1997) é marcada por uma visão eurocêntrica e por uma abordagem marxista – de características política e econômica.

Gomes também analisou a obra História Nova do Ensino Médio (2005), de autoria de Divalte Garcia Figueira. Este livro didático contém doze unidades e setenta e três capítulos, dos quais duas unidades são dedicadas exclusivamente a história da América, sendo elas “Era uma vez, na América” e “A colonização da América”; há menção à história americana em mais quatro capítulos, espalhados em outras unidades. Sobre o que a autora analisou, podemos apontar as seguintes características: o livro segue uma ordem cronológica clássica (História Antiga, Média, Moderna e Contemporânea), ainda que justifique a pluralidade da organização do tempo; há mais páginas dedicadas a história da América e do Brasil, se comparado com obras anteriores; ainda há permanência da valorização do legado greco-romano;

os textos e as propostas de atividades oscilam entre uma abordagem eurocêntrica e uma narrativa que valoriza a história e a cultura nativa da América.

O último livro didático analisado por Gomes foi História Global (2016), do autor Gilberto Cotrim. Assim como as obras anteriores, a organização do livro se dá pelo modelo clássico que vai da Pré-História até a Idade Contemporânea. Na mesma linha de livros anteriores, a presente obra analisada irá abordar a História da América inserido na temporalidade da Idade Moderna europeia. Segundo Gomes, ao analisar o conteúdo sobre os povos originários da América, o livro didático destina um espaço curto para a população ameríndia, não oportunizando uma historicidade desses povos, ainda que seja apresentado críticas às abordagens eurocêntricas que produziram designações equivocadas, como “índios”, “descobrimento” e “pré-colombiano”.

Na temática sobre o colonialismo, está presente uma narrativa que evidencia a violência da colonização, mas que também dá ênfase na influência da cultura indígena na Europa e no mundo colonial. No conteúdo sobre as independências, a obra trata sobre aspectos comuns sobre os territórios da América Espanhola. Sobre o século XX, não há um capítulo específico destinado a América Latina, somente menções a episódios relevantes que ocorreram em países da América Latina e Caribe.

Podemos perceber nas obras analisadas por Gomes que, ainda que sejam de épocas diferentes e que incorporem alguns debates do seu tempo, elas mantêm algumas características em comum, tais como uma cronologia eurocêntrica, a história da América encaixada na história geral, uma América Latina que busca se inserir na Modernidade europeia. Percebemos também a falta de aprofundamento sobre os aspectos históricos e culturais dos países vizinhos do Brasil, bem como dos demais países latino-americanos. Em nenhuma das obras analisadas a História do Brasil aparenta estar integrada a história dos demais países da América Latina.

4 – O LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA DA REDE ESTADUAL DO PARANÁ E O ENSINO DE HISTÓRIA DA AMÉRICA

Os educadores que ministram aulas na região de Foz do Iguaçu se deparam com uma realidade bastante peculiar em relação às demais regiões do estado do Paraná. É muito comum nas escolas da rede pública desta região a transitoriedade de alunos oriundos dos países da Tríplice Fronteira, principalmente de Brasil e Paraguai. Pensando nesses alunos e, afim de que eles possam conhecer e respeitar

a cultura e história dos colegas de países vizinhos, faz-se necessário pensar em uma educação que valorize a História da América. Nesse sentido, é fundamental analisar os recursos didáticos que são utilizados para desenvolver tais conteúdos nas escolas estaduais da Tríplice Fronteira. O principal recurso utilizado nas escolas públicas é o livro didático.

Dessa forma, a partir de então iremos analisar a obra didática “História sociedade e cidadania” do 8º Ano, cuja autoria é de Alfredo Boulos Júnior. Essa obra faz parte de uma coleção composta por quatro livros, que vai do 6º Ano até o 9º Ano do Ensino Fundamental. Todas as obras da coleção possuem o livro do aluno e o livro do professor. Optamos nesse artigo por analisar a obra do aluno, tendo em vista que o livro do professor possui informações adicionais (indicações de livros, de abordagens, de encaminhamentos, de vídeos, etc.) que não aparecem no livro do aluno, e que segundo o autor são especificamente para ajudar o professor. Ressaltamos que essa obra foi escolhida como o livro didático de História a ser utilizado em todo Paraná a partir de 2020.

Tal como consta na primeira página da já mencionada obra, o autor é doutor em Educação pela PUC São Paulo e Mestre em Ciências na área de História Social pela Universidade de São Paulo; afirma ter lecionado na rede pública e particular, bem como em cursinhos pré-vestibulares.

No texto que segue, levaremos em consideração a proposta apresentada por Bittencourt para analisar livros didáticos. Segundo a autora, além de identificar os valores e a ideologia presentes nas obras didáticas “é preciso estar atento a outros três aspectos básicos que dele fazem parte: sua forma, o conteúdo histórico escolar e seu conteúdo pedagógico”.²⁰

Nas primeiras páginas da obra didática Boulos Júnior apresenta sua visão sobre o ensino da história. Para o autor, conhecer o passado é importante no mundo atual, pois segundo ele as gerações atuais tendem a explicar o passado com base nele próprio, e a forma como a sociedade atual se organiza corrobora para isso. Nesse sentido, afirma que conhecer a história pode evitar o reaparecimento de ditaduras, como as vivenciadas no século XX. Para além dessa ideia exemplar da história, o autor defende o estudo do passado para a formação de um sentido de identidade. Afirma também que a história deve ter um compromisso com o passado e com o

²⁰ BITTENCOURT. Circe Maria Fernandes. *Livros e materiais didáticos de História*. Ensino de História – Fundamentos e métodos. Editora Cortez, 2ª Edição. 2008. Página 311.

presente, dessa forma ele reprova o anacronismo e salienta a importância da “história/problema”.

Ainda na parte introdutória do livro didático, no campo “Correntes Historiográficas” o autor deixa claro os referenciais teóricos utilizados em sua obra, sendo eles a História Nova e a história social inglesa. Deixa claro também que a sua obra didática deu mais ênfase a história política e pública, e menos a história cultural.

Boulos Júnior aponta cinco pressupostos teóricos que nortearam a escrita do seu livro didático, são eles: impossibilidade de resgatar episódios do passado tal qual ocorreram; investigação do passado por meio de questões do presente; entendimento de que todo conceito possui uma história; a construção do conhecimento histórico só é possível através de um procedimento metodológico; a aceitação de que o conhecimento histórico é limitado. Podemos perceber que a base teórica do autor está em consonância com a proposta de Rüsen, citado por Medeiros (2006), qual seja “estar em sintonia com a Ciência Histórica”.

No campo “Objetivos para o Ensino de História”, o autor afirma que sua obra leva em conta o Sistema Nacional de Avaliação de Educação Básica (Saeb), que em linha gerais tem os seguintes objetivos: facilitar a construção da capacidade de pensar historicamente; aquisição de conhecimento de diferentes momentos históricos; contribuir para a compreensão dos processos históricos; propiciar o desenvolvimento do senso crítico; integração dos conteúdos cognitivos com os aspectos afetivos e psicomotores do educando. Segundo Boulos Júnior, tais objetivos ajudam os educandos a “interpretar situações concretas da vida social, posicionar-se criticamente diante da realidade vivida e construir novos conhecimentos” (Boulos Júnior, p. VIII). Em outra seção, o autor também deixa claro que a ideia de cidadania é um conceito chave da sua proposta de ensino de História.

Em outros campos da parte introdutória da obra, Boulos Júnior apresenta algumas orientações: salienta que o saber histórico na sala de aula tem uma dinâmica própria e, por isso, não deve ser uma mera reprodução do saber acadêmico; a utilização de documento em sala de aula deve ser feito através da crítica tal qual foi proposta pelos historiadores da Escola de Annales; o trabalho com imagens deve levar em consideração seu aspecto polissêmico, que elas são representações do real (e não reprodução), que possuem um efeito de realidade (muitas vezes intencionalmente), que não são sinônimos de conhecimento – principalmente quando tratamos de imagens de acontecimentos históricos televisionados; para utilização de

filmes, salienta a importância do preparar para exibição (seleção das cenas importantes), clareza sobre a época do filme, esclarecimento sobre a produção cinematográfica – que ela possui as intenções do diretor, os recortes da edição, objetivos comerciais, uma linguagem e narrativa própria.

Boulos Júnior enfatiza a importância do Pisa (Programa Internacional de Avaliação de Alunos) como mecanismo de avaliação para os alunos. Apresenta os dados das últimas décadas e argumenta que não há uma melhora na capacidade de leitura dos estudantes brasileiros. Nesse sentido, a fim de que os discentes sejam melhores leitores, para o autor também é compromisso do Ensino de História ensinar a leitura e a produção de texto.

No campo “As seções do livro” o autor afirma que os quatro volumes da coleção “buscam apresentar os conteúdos relativos à História do Brasil e à História Geral de forma integrada” (Boulos Júnior, p. XXIX). A partir desta afirmação, podemos perceber que não é objetivo de Boulos Júnior apresentar a História da América de forma separada ou destacada. Ainda que o autor justifique que a chamada História Integrada tem como objetivo superar as divisões entre História Geral, das Américas e História do Brasil, percebemos uma certa semelhança aos manuais analisados por Gomes (2021), anteriormente citados, pois a história do continente americano continua ser apresentada sem uma cronologia própria. Sobre a “história integrada” Bittencourt (2008) tece a seguinte crítica:

[...] o risco dessa produção está em preterir os estudos sobre a história brasileira, priorizando temáticas da história geral segundo uma visão eurocêntrica e fornecendo explicações dos problemas brasileiros sob a “influência” exclusivamente externa.

É preciso ressaltar também que Boulos Júnior, na apresentação de sua obra, não destaca em momento algum sobre a importância do estudo da História da América, mesmo quando trata da formação para cidadania e identidade. Sendo assim, é preciso deixar claro que não foi intenção do autor produzir um livro didático que dê mais ênfase a História da América.

Os conteúdos da obra didática “História sociedade e cidadania” para o 8º Ano estão organizados em quatorze capítulos, que por sua vez estão agrupados em quatro unidades. Segundo o próprio autor, essa organização tem como intenção facilitar o trabalho do professor, que pode utilizar uma unidade para cada bimestre.

Os capítulos que são exclusivamente dedicados a história da América são: o capítulo 6, cujo título é “Formação dos Estados Unidos”, que trata desde a colonização

até a independência das Treze Colônias; o capítulo 7, intitulado “Independências: Haiti e América Espanhola”; e capítulo 14, que recebe o título de “Estados Unidos e América Latina no século XIX”. Há um capítulo com o título “Rebeliões na América Portuguesa”, mas que é dedicado exclusivamente a história do Brasil.

A organização dos capítulos segue um recorte temporal, que vai do século XVI ao XIX, e uma linha cronológica que cabe dentro da divisão tradicional da História, qual seja a História Moderna e Contemporânea. No entanto, os marcos temporais que tradicionalmente marcam a transição destes períodos não são destacados, e dessa forma a obra procura demonstrar a ideia de ruptura e permanência na História.

Dos quatorze capítulos, cinco tratam sobre a história da Europa, três são sobre a história da América e seis dizem respeito a história do Brasil. Ao observar essa organização, podemos perceber que os conteúdos de história da América estão bem reduzidos, enquanto os de história do Brasil são a maioria. Analisando essa diferença, constatamos que essa organização do livro didático não colabora para uma ideia de integração das histórias dos povos latino-americanos.

Antes de iniciar a análise dos conteúdos da obra didática é preciso destacar a importância da relação entre passado e presente no Ensino de História. Acreditamos que os conteúdos sobre América Latina sejam vitais para atender um requisito que Rüsen considera importante para um bom livro didático, qual seja “uma relação eficaz com o aluno”. Segundo Rüsen, citado por Medeiros (2006, p. 86), “a questão se certos conteúdos são adequados ou não para um livro didático, depende do grau em que contribuam para a compreensão do presente e as oportunidades vitais das crianças e dos jovens”. Nesse sentido, entendemos que a História da América Latina é fundamental para pensar as aulas de História na região da Tríplice Fronteira, pois acreditamos que a partir da compreensão das realidades do presente poderemos fomentar a integração, o respeito, e o conhecimento das diferentes culturas entre os alunos que frequentam as escolas públicas dessa região.

Entendendo que os discursos e narrativas históricas, construídos desde a criação dos Estados-nações nos países da América Latina, contribuíram para criar algumas barreiras entre os países desta região, pretendemos analisar a partir de agora como Boulos Júnior apresenta o conteúdo que aborda esse período histórico. Sendo assim, iremos nos deter na sequência aos capítulos 7 e 8, respectivamente intitulados “Independências: Haiti e América Espanhola” e “Estados Unidos e América Latina no século XIX”.

O capítulo 7 da obra didática aqui analisada inicia com uma foto do monumento “Mão” de Oscar Niemeyer, que faz alusão ao sofrimento daqueles que lutaram por justiça e pela liberdade da América Latina. Nessa primeira página há uma problematização da imagem da obra de Niemeyer, através de algumas questões que pretendem instigar os estudantes a interpretar os elementos da obra, perceber o objetivo do artista, relacionar a obra com o tema do capítulo e com uma cerimônia que ocorre em São Paulo, conhecida como Lavagem da Mão.

O capítulo segue com o conteúdo sobre a independência de São Domingos, em que foram dedicadas três páginas para trabalhar o assunto. Nestas páginas o autor traz: um texto, que conta a história da invasão espanhola em São Domingos até a independência do Haiti; uma imagem em preto e branco, que retrata uma revolta negra pela independência; um trecho do livro “História da América Latina” de Maria Lígia Prado e Gabriela Pellegrino, que faz uma breve biografia de Toussaint L’Ouverture; um mapa, que mostra a localização do Haiti atualmente; e ao lado do mapa, a problematização “O que significa liberdade para você?”.

Nessa parte inicial do capítulo 7, Boulos Junior traz aspectos importantes para pensar a América Latina, como a escultura de Oscar Niemeyer, que pode gerar um bom debate sobre a vida das populações latino-americanas de ontem e de hoje, e o recorte do livro “História da América Latina”, que consiste numa historiografia atualizada sobre o assunto. No entanto, podemos identificar algumas ausências que consideramos importantes. Segundo Gomes (2021) é preciso atentar sobre o que livro não apresenta, pois uma obra mais do que espelhar uma realidade tem o poder de silenciar.

A imagem sobre a rebelião da população haitiana poderia ser mais explorada, no sentido de entender o sentimento de revolta daquela população contra aqueles que os oprimiam. Faltou também abordar a situação das populações originárias daquela localidade. Acreditamos também que era necessário um diálogo entre passado e presente da população haitiana, principalmente retratando a situação econômica que passa o país atualmente. A relação entre passado e presente é um dos aspectos importantes para a formação da consciência histórica. Segundo Medeiros (2006, p.84), “Rüsen define uma tipologia básica da consciência histórica, pressupondo um uso do passado como orientação do presente, uso este que pode repetir, modelar-se, negar ou integrar o passado como fundamento das ações do agora”. E esse aspecto é muito

importante para os estudantes (re)pensar suas ações em relação a construção do outro.

Logo após o conteúdo sobre a independência do Haiti, o livro didático traz um texto de uma página e meia e uma imagem sobre a Revolta de Túpac Amaru. O texto narra a trajetória de José Gabriel Condorcanqui (Túpac Amaru II), os desentendimentos entre os curacas e as autoridades espanholas e termina com a execução de Túpac Amaru II. O texto também aborda a opressão que os indígenas sofriam sob a administração espanhola, porém a narrativa se concentra na relação entre o líder indígena (o qual o autor destaca a sua formação universitária) e as autoridades espanholas, não aparecendo aspectos culturais e históricos próprios dos sujeitos envolvidos, bem como a visão destes diante daquele contexto. A imagem presente nas páginas sobre esse assunto, trata-se de uma fotografia de um mural em Cuzco onde está pintado Túpac Amaru o último imperador inca, a qual possui uma legenda, porém, sem menção de autoria. O uso que o autor faz dessa imagem é meramente ilustrativa, pois não há nenhuma atividade que a problematize.

Na sequência do já referido capítulo, a obra dedica sete páginas e meia sobre o processo de independência dos países que eram colônias da Espanha. Essas páginas são preenchidas com texto, quatro imagens, um gráfico, um mapa e um trecho de livro com questões para análise. O texto traz inicialmente informações sobre a organização política e social da “América Espanhola” (conceito utilizado pelo autor). Na página que trata sobre este assunto, há um gráfico com o número de pessoas de quatro populações da América Espanhola (Indígenas, mestiços, Brancos, Negros), também consta uma imagem de uma pintura do século XVIII de um menino mestiço, com uma legenda que explica quem era considerado mestiço nesse ambiente colonial e chama atenção para os traços europeus do personagem.

Dando continuidade à análise sobre o conteúdo das independências das colônias espanholas, o texto apresenta as mudanças da administração espanhola estabelecidas no século XVIII, que motivaram o descontentamento da sociedade colonial. Na sequência, há uma breve abordagem sobre a ação de Napoleão Bonaparte na Espanha, trazendo uma narrativa que liga esse fato a motivação para as guerras de independências na América. Neste trecho há uma imagem ilustrativa sobre a vestimenta das mulheres no Vice-Reino do Peru.

Na sequência e em apenas três parágrafos o autor destaca a participação e liderança de José de San Martín no processo de independência das Províncias Unidas

do Rio da Prata, do Chile e do Peru. Em outros três parágrafos são abordados a participação de Simón Bolívar em outros processos de independências. O autor destaca o projeto de Bolívar para a América, assim como sua trajetória na libertação da Grã-Colômbia e participação na independência do Peru e Bolívia. Nesta parte há um trecho sobre a Carta da Jamaica, extraído do livro História da América Latina (2000), que foi coordenado por Claudia Wasserman.

Sobre esta página do livro, há três questões que problematizam o documento histórico, sendo duas questões que dizem respeito ao projeto de Bolívar para a América, e uma sobre a importância da integração (“Vocês consideram importante a união dos governos latino-americanos em torno de interesses comuns? Por que?”). Esta questão é muito importante para iniciar um debate sobre a importância econômica e cultural dos povos que habitam a América Latina, porém o livro didático proporciona poucos elementos para fomentar esse debate, carecendo uma preparação de um conteúdo mais específico sobre o tema, e que dialogue com as necessidades do presente. Na página que encerra esse subtema, o livro apresenta um mapa mostrando as possessões espanholas na América no século XIX e as rotas percorridas por Bolívar e San Martín nas guerras pelas independências.

Analisando de maneira geral a organização do conteúdo sobre as independências das colônias espanholas, consideramos existir alguns problemas. Ao seguir uma narrativa que valoriza o papel dos líderes militares nas independências, há a ausência da participação popular e de aspectos históricos e sociais particulares de cada localidade que conquistou a independência. A forma como é narrado tal contexto histórico poder passar a impressão de que os países não possuem conexões históricas e culturais entre si. Não há também uma problematização sobre como era pensado a integração dos povos originários aos novos Estados-nações. E por fim, para uma reflexão sobre a condição atual da população latino-americana, era necessário também uma problematização sobre passado e presente na perspectiva já citada, que pudesse discutir situação das fronteiras, as migrações, as desigualdades, o subdesenvolvimento, etc.

A partir da análise dos processos de independências dos países latino-americanos, percebemos a ausência de sujeitos históricos que historicamente são silenciados nos livros didáticos de História, como a história das mulheres, dos afro-americanos e dos povos originários. Sobre esse assunto, Gomes (2021), citando Bittencourt e Bergamaschi, salienta

Ou seja, considerar a dinâmica cultural, as mudanças e permanências vividas ao longo dos séculos, a capacidade desses povos na produção da história. Em geral, os indígenas são vistos e retratados como povos do passado e quando suas transformações são reconhecidas, em geral são explicadas como “perda de cultura” ou aculturação”. (apud Gomes, 2021, p. 80).

Nesse sentido, acreditamos que os livros didáticos de História devem contribuir para dar voz àqueles e aquelas que foram silenciados até então.

Na última parte do capítulo 7, o livro trata sobre a independência mexicana e os desdobramentos do processo de libertação das colônias espanholas. Na primeira página desse subtema é abordado o processo político que levou a independência do México, destacando a participação dos padres Miguel Hidalgo e José Maria Morelos, e do militar Augustín de Iturbide. O autor salienta que esse processo teve inicialmente a participação indígena e que o projeto vencedor foi o da elite crioula. Nesta página da obra há também uma foto de um mural em que está pintado o padre Hidalgo, constando apenas uma legenda com identificação de sua localização, mas sem autoria.

Nas duas últimas páginas de conteúdo do capítulo, Boulos Junior destaca, em um parágrafo, as vantagens que as independências proporcionaram para a elite crioula e, por outro lado, afirma que esse processo contribuiu para a manutenção da condição de pobreza dos povos de origem indígena e africana. Nestas páginas há duas imagens, uma foto atual (2017) de uma mulher da nação quéchua tecendo, e uma foto antiga (1946) de homens jamaicanos descendentes de quilombolas tocando banjo e flauta. Analisando as imagens, percebemos que elas não dialogam diretamente com a narrativa do texto, pois enquanto este aponta que aquelas populações continuam lutando por melhores condições, enfatizando um aspecto mais social, as imagens simplesmente retratam aspectos culturais daqueles povos, o que também podia gerar um debate importante se complementado, por exemplo, com um texto que abordasse a diversidade cultural dos povos que vivem na América.

Com relação as imagens que constam nos capítulos analisados, percebemos a ausência de propostas de problematização e a falta de alguns dados, que são fundamentais para a interpretação dos alunos. Concordamos com Bittencourt, (2008, p. 310) que as ilustrações da maioria dos livros continuam sendo apresentadas “sem as devidas referências de origem (autoria, data, locais de produção e preservação) e, assim como os demais documentos inseridos no final dos capítulos, sem sugestões

de análise que permitam uma atividade pedagógica adequada para um aproveitamento consistente do material”. Todo componente do livro didático deve ser cuidadosamente pensado para desenvolver a aprendizagem, nesse sentido “as imagens não devem aparecer nos materiais didáticos como meras ilustrações do texto, mas estimular interpretações, comparações...” (MEDEIROS, 2006. P. 87).

No final do capítulo o livro traz um conjunto de exercícios; são seis atividades que mesclam questões de múltipla escolha, análise de tabela e de fragmento de texto. Nas últimas folhas do capítulo há uma sessão chamada “Leitura e escrita em História – Vozes do Presente”, onde há um trecho de um artigo da Revista Brasileira de História (1991) de autoria de Maria Ligia Coelho Prado, que aborda a participação das mulheres na independência da América, com quatro questões para analisá-lo. Tais questões problematizam a tipologia do texto, o papel das mulheres nas independências, a visão da autora sobre o papel de Maria Quitéria de Jesus e o motivo do ocultamento sobre a participação das mulheres nesse episódio histórico. Esse tipo de abordagem é muito importante, mas entendemos que seria melhor aproveitado se estivesse incluído nos textos do conteúdo do capítulo, complementado com outras informações que levem os estudantes a pensar sobre o papel da mulher na história da América Latina.

É preciso ressaltar a quase total ausência de sugestão de indicação de recursos audiovisuais (vídeos ou filmes) nesse capítulo que analisamos, que é muito comum em outros capítulos da obra didática de Boulos Júnior. A única sugestão aparece na atividade sobre a participação das mulheres nas independências, e sendo utilizado muito mais como uma ilustração do texto.

Escolhemos analisar também o capítulo 14 da obra didática de Boulos Júnior em razão dele mencionar no título a América Latina. Embora o título desse capítulo seja “Estados Unidos e América Latina no século XIX, quase todo ele aborda a história dos Estados Unidos. Das onze páginas de conteúdo, oito foram exclusivamente dedicadas aos seguintes temas: marcha para o oeste, opressão aos indígenas e afrodescendentes, guerra civil e racismo no Estados Unidos. As três últimas páginas de conteúdo do capítulo tratam das políticas intervencionistas e do imperialismo estadunidense na América Latina no século XIX. Na parte de atividade, há um único exercício que diz respeito sobre a América Latina; uma análise de uma charge, onde aparece o Tio Sam andando com uma pá na mão, seguido pelo presidente Roosevelt, que está sentado em um elefante. A proposta de análise se dá a partir de seis

questões, que problematizam os personagens da charge, a intenção do autor e o contexto em que ela foi produzida.

Analisando o capítulo 14, percebemos que o autor não contempla toda a América Latina nos textos e imagens. Boulos Júnior destaca muito mais a história dos Estados Unidos e, de forma mais modesta, a política intervencionista e imperialista estadunidense no Panamá; apenas mencionando brevemente Cuba e Havaí. A construção dos estados nacionais latino-americanos no século XIX está completamente ausente no capítulo.

Para trabalhar a construção histórica dos distanciamentos entre os países da América Latina, dos sentimentos nacionalistas, das políticas estatais para as populações originárias, o impacto das teorias raciais, entre outros, seria necessário uma atenção maior a esses temas, sendo fundamental um capítulo exclusivo para tal. Entendemos que o estudo desse período é muito importante para realizarmos as conexões históricas que permitem desconstruir os preconceitos, a xenofobia e a falta de conhecimento entre as populações latino-americanas.

Precisamos destacar também que vários conflitos que ocorreram entre os países latino-americanos vão estar nos capítulos sobre a história do Brasil, exemplo disso é a Guerra do Paraguai (título que o autor usa), que aparece no capítulo intitulado “Segundo Reinado: política, economia e guerra”. Compreendemos que em alguns momentos o autor queira fazer valer a sua proposta de ensino integrado, no entanto, como ele dedica um capítulo sobre América Latina no século XIX, consideramos importante que os conteúdos deste período estivessem juntos, até para poder agrupá-los em temas correlatos dentro do capítulo.

5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao realizar o levantamento sobre alguns livros didáticos de História do século XX e analisando a obra de Boulos Júnior, percebemos ainda mais a importância do momento da escolha do livro didático.

As obras didáticas podem ter vários problemas, mas também contribuições importantes para trabalhar os conteúdos de história com os estudantes, que no momento da escolha devem ser atentamente observados. É importante compreender todas as partes da obra didática: as intenções do autor, metodologia do livro, a estrutura dos capítulos, abordagem dos conteúdos, etc. Toda essa análise deve ser

realizada com muita tranquilidade, o que demanda tempo e alguma preparação teórica. No entanto, antes de escolher uma obra didática é necessário que o educador tenha muito claro quais são os objetivos que ele quer alcançar, a metodologia a ser utilizada e os conteúdos que ele acredita ser importante na formação dos estudantes da escola que ele leciona. É preciso ficar claro que entendemos que o livro didático é um instrumento de pesquisa importante para o aluno, mas para o educador ele deve ser um bom ponto de partida para trabalhar os conteúdos. Por isso, sempre será necessário um planejamento que integre outros materiais no trabalho com os conteúdos.

A obra de Boulos Júnior aqui analisada traz alguns bons “pontos de partida” para trabalhar alguns assuntos sobre América Latina, como é o caso da foto da obra “Mão”, a atividade sobre a Carta da Jamaica e a atividade sobre a participação das mulheres nos processos de independências. No entanto, percebemos várias limitações para os nossos objetivos que pretendemos com o ensino de América Latina. O autor cumpre somente parcialmente com um dos principais pressupostos da sua obra, que é “partir de questões do presente”. Há muitos problemas contemporâneos na América Latina, que são legados da colonização, que o autor deixou fora, propositalmente ou não. Na sua obra, Boulos Júnior trata muito pouco sobre a participação da população indígena na História da América. Também prioriza uma narrativa mais política e institucional, em detrimento a uma abordagem cultural.

Percebemos também uma organização temática muito semelhante aos livros didáticos analisados por Gomes (2021), que seguem uma cronologia tradicional e eurocêntrica. Provavelmente essa permanência esteja ligada ao mercado editorial, pois segundo Medeiros (2006, p. 78) “os materiais muito tradicionais têm mais aceitação que os conceituais, assim como os considerados “meio termo”, que são os tradicionais com uma “roupagem moderna”.”

Para aquilo que é nosso objetivo nas escolas da Tríplice Fronteira, a obra didática de Boulos Junior, que foi adotada em todo Paraná, não é suficiente. Faz-se necessário estruturar um planejamento com textos, imagens e problematizações que dialoguem com a história e o cotidiano de brasileiros, paraguaios e argentinos. Para isso, é necessário também narrativas mais integradoras e não nacionalistas.

Construir uma narrativa histórica mais pautada nos interesses e na organização das temáticas próprias das populações latino-americanas é um desafio muito grande, pois requer um trabalho maior por parte do educador, visto que aquilo

que é fornecido pelas secretarias de educação estaduais não é suficiente. Se pretendemos nos construir como educadores que anseia por uma educação emancipadora e revolucionária, precisamos também nos preparar para tal objetivo.

BIBLIOGRAFIA

ALVES, Gilberto Luiz; CENTENO, Carla Villamaina. A produção de manuais didáticos de história do Brasil: remontando ao século XIX e início do século XX. *Revista Brasileira de Educação*, v. 14 n. 42 set./dez. 2009.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Livros e materiais didáticos de História. Ensino de História – Fundamentos e métodos*. Editora Cortez, 2º Edição. 2008.

BITTENCOURT, Circe. “Livros didáticos entre textos e imagens”. In: BITTENCOURT, Circe. (org.) *O saber histórico na sala de aula*. 7ª. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

BOULOS JÚNIOR, Alfredo. *História, Sociedade e Cidadania: 8º Ano – Ensino Fundamental: anos finais*. Editora FTD, 4ª Edição, São Paulo, 2018.

BUCZENKO, Gerson Luiz. Ensino de História da América: percepções sobre a formação de uma identidade histórica. *Revista de Educação Histórica - REDUH – LAPEDUH*. N. 05. Janeiro – Abril, 2014.

Dia a Dia Educação. *Escolha do Livro Didático: as obras mais escolhidas pelos professores serão utilizadas em toda a rede*. Participe dessa escolha! Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=2785>
Consultado em 24/03/2022.

CHAVES, E. A. O livro didático e sua presença em aulas de História: contribuições da etnografia. *Educar em Revista*, Curitiba, Brasil, v. 35, n. 77, p. 159-181, set./out. 2019. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Histórico. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/component/k2/item/518-hist%C3%B3rico> Consultado em 24/03/2022.

GOMES, Anna Luiza Portugal Pereira. *História do Ensino de História da América: o olhar decolonial sobre a presença da América Latina em livros didáticos para o Ensino Médio*; 2021. Dissertação de Mestrado Profissional – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Orientadora: Maria Angélica da Gama Cabral Coutinho.

KALIL-ALVES, T. & OLIVEIRA, W. DE. O ensino de história da América Latina no Brasil: sobre currículos e programas. Magis: *Revista Internacional de Investigación en Educación*, vol. 3, número 6, 2011. Bogotá, Colômbia. Pp.283-298. Disponível em <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=281021734003>. Acessado em 18/07/2022.

MEDEIROS, Daniel Hortêncio de. Manuais didáticos e a formação da consciência histórica. *Revista Educar, Especial*, p. 73-92. Editora UFPR. Curitiba, 2006.

MUNAKATA, Kazumi. O livro didático: alguns temas de pesquisa. *Rev. bras. hist. educ.*, Campinas-SP, v. 12, n. 3 (30), p. 179-197, Set./Dez, 2012.

SANTIAGO, L. A. S. ; RANZI, Serlei M. F. As propostas do Setor Educacional do Mercosul para o ensino de História. *PRÁXIS EDUCATIVA (IMPRESSO)*, v. 8, p. 443-463, 2013.